



Jornal do Brasil – 14 Mar 2004

O governo petista no atoleiro

Se a marcha dos acontecimentos apresenta sérios indícios de que o partido no poder tende à perda do segundo mandato, como resultado de incompetência administrativa e da ameaça de desastre econômico, a opinião pública há de preferir a recondução do presidente Luiz Inácio ao contínuo empobrecimento nacional. Mas a derrota petista no próximo pleito presidencial seria irreversível conforme um prognóstico fundado nos acontecimentos das últimas semanas. Pois a limitação intelectual da cúpula do partido a impede de estabelecer relação de causa e efeito entre o pensamento econômico obsoleto, que a domina, e a estagnação da economia, que daí resulta.

Falta à cúpula petista a percepção das fontes reais da desordem administrativa, o que alarga a perspectiva de fracasso inevitável do governo Luiz Inácio. Há visível esforço da Executiva do PT para lançar sobre o ministro Antonio Palocci a culpa da estagnação, enquanto essa liderança mantém fechados os olhos para os desatinos de outros ministérios, que inviabilizam o investimento privado em infra-estrutura. Foram praticamente desmontadas as agências reguladoras que protegiam e sustentavam a confiança dos empresários na palavra do governo.

Numa fase em que é prioritária a recuperação da economia do país, assume vital importância a coordenação econômica como atributo do ministro da Fazenda, que não pode ficar contemplando a distância a prática de ações contrárias à sua política. A ministra do Meio Ambiente empolga-se com as ações do Ibama e das secretarias estaduais do Meio Ambiente, quando armam tropeços a todo e qualquer investimento. Essas "autoridades" retardam ao máximo, quando não impedem de todo, a liberação de projetos de abastecimento de água, de saneamento e de construção de casas populares na zona urbana, tema que ainda não chegou ao conhecimento do ministro das Cidades. A sobrecarga de processos, na mesa dos comissários do meio ambiente, retarda decisões, enquanto as verbas aprovadas para tais obras se depreciam ou sofrem o efeito do exercício findo, significando que tudo fica para o ano seguinte. E assim caminha para seu fim melancólico o governo do PT.

Enquanto dona Marina embaraça a liberação de projetos de energia elétrica, dona Dilma Rouseff, ministra de Minas e Energia, promete uma forte contribuição ao racionamento, que se prevê a partir de 1996, com o seu novo modelo do setor elétrico, há pouco aprovado pelo Congresso. Os investidores acham que o presente é incerto e o futuro, insondável.

Para se ter idéia de como se acha perdido o governo do presidente Luiz Inácio, bastaria lembrar que a Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) estima em US\$ 30 bilhões o valor dos investimentos anuais no setor para evitar que o país se transforme em paciente econômico hospitalizável. É total a dependência de investimentos privados em infra-estrutura, quando a desconfiança dos investidores no governo petista tem como companheira a paralisia do aparelho do Estado. A máquina do governo, que jamais "se rebaixou" a ouvir a opinião do empresariado, sobre qualquer assunto, está atolada, não havendo trator com força bastante para trazê-la de volta ao terreno seco.

Declara à imprensa o sr. Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, que os empresários do setor jamais foram convidados a debater com o Ministério de Minas e Energia temas ligados ao novo modelo do setor elétrico. Mas a prova dos nove da auto-suficiência do Planalto foi o desdém com que o governo petista soube da retirada do país das empresas Pennsylvania Power & Light, CMS Energy, e Florida Power. Segundo informação recente de O Estado de S. Paulo, a Billiton e a Alcoa devolveram a concessão da Hidrelétrica Santa Isabel; e as norte-americanas Duke e Alliant desistiram de avaliar novos investimentos, repetindo a decisão da Tractebel. A repercussão externa desses fatos provoca o retraimento de outros investidores.

Machado de Assis diria que a confusão é geral. O presidente Luiz Inácio faz apelo aos dirigentes de alguns países ricos, em favor de uma flexibilização da política do FMI para os países da América Latina. Diante desse apelo, a tecnocracia do G-7 há de perguntar se os governos latino-americanos reduzem gastos, fecham repartições redundantes, ouvem as reivindicações do empresariado e se, principalmente, combatem



os corruptos que mandam para contas bancárias no exterior 200 bilhões de dólares por ano. A América Latina precisa, realmente, de ajuda financeira externa?